

25 anos construindo resistências desde os povos e territórios

Por direitos e reparações das dívidas sociais, históricas e financeiras



Sumário

EDITORIAL	3
QUEM SOMOS	4
PLANO ESTRATÉGICO	6
COORDENAÇÃO NACIONAL	8
EIXOS PRIORITÁRIOS	9
Dívidas, desigualdades e soberania	9
Mulheres, direitos e território	12
Comunicação popular	13
Articulação e mobilização social	14
CAMPANHAS	22
Fora FMI-BM! 80 anos de miséria, devastação e dívidas. Reparações já!	22
Defesa de Defensoras de Direitos Humanos	23
MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	24
RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊNCIAS	24
PERSPECTIVAS DO CAMINHO	25
ENTIDADES MEMBRO	26
EXPEDIENTE	31

25 anos tecendo redes e resistências desde os povos e territórios

O ano de 2024 foi emblemático para a Rede Jubileu Sul Brasil (JSB). Celebramos 25 anos de uma trajetória marcada pela luta contra as desigualdades geradas pelas dívidas históricas, financeiras e socioecológicas, reafirmando nosso compromisso com os direitos dos povos e da natureza. Mais do que um marco de período, nossos 25 anos foram vivenciados como um tempo de mobilizações, memória e renovação das nossas pautas centrais.

Durante todo o ano, fortalecemos redes, alianças e territórios por meio de formações, campanhas e articulações em nível local, nacional e internacional. Estivemos nas ruas, nas comunidades, nas organizações promovendo diálogos, construindo alternativas e sinergias, fazendo frente às imposições do sistema da dívida e às violações provocadas por políticas de austeridade, exploração e exclusão.

A participação ativa na Cúpula dos Povos frente ao G20 e no Tribunal Popular “O imperialismo no banco dos réus” são expressões da nossa capacidade de articulação e de resistência coletiva. Ao mesmo tempo, ações de base como o fortalecimento dos “Sisteminhas” em Fortaleza, as rodas de formação com mulheres em Salvador, Fortaleza, e São Paulo, e o enfrentamento ao racismo ambiental e estrutural, mostram como a Rede se mantém ativa apoiando as lutas e lideranças nos territórios tendo como ponto central a denúncias das dívidas e a reparação.

No campo da comunicação popular, consolidamos avanços importantes, com crescimento expressivo de engajamento nas redes e produção de materiais formativos, de conteúdos históricos celebrando os 25 anos para registrar e compartilhar nossas bandeiras com o mundo.

Este relatório é um retrato coletivo da ação comprometida e transformadora da Rede JSB em 2024. Que os aprendizados e conquistas deste ano fortaleçam ainda mais nossas lutas e articulações rumo a uma sociedade justa, equitativa, solidária, democrática, sem dívidas com os povos, com as mulheres, com a natureza e com a vida.

Seguimos em marcha, com solidariedade e esperançar. Pela vida acima da dívida, pela vida acima do lucro. Reparações já!

Quem somos

Foto: Flaviana Serafim



Organizações membro e parceiras em encontro da Coordenação Nacional.

A Rede Jubileu Sul Brasil (JSB) é ampla e plural, atua no combate às desigualdades causadas pelo sistema de endividamento, em defesa dos direitos humanos, sociais e da natureza.

O Jubileu Sul Brasil surgiu há 25 anos, em 1999, resultado dos debates e dos movimentos de resistência à dívida pública que cresceram durante a década de 1980. Articulada no Brasil desde 1998, a rede nasceu no bojo das campanhas do Jubileu 2000, inspiradas na discussão lançada pelo Papa João Paulo II pelo perdão da dívida de países pobres altamente endividados.

Somos mais de 20 organizações membro de diversas regiões do país, unidas numa rede de coletivos, movimentos sociais, populares e ecumênicos, políticos não partidários, comunidades, militantes, educadores/as, negras/os, indígenas, mulheres, juventudes e camponesas/es.

Construímos resistências a partir dos povos, corpos e territórios contra o modelo de dominação capitalista, patriarcal, sexista, racista, classista e extrativista, com ações em diferentes níveis: local, estadual, nacional e internacional, sempre em defesa dos direitos humanos e sociais.

Ao longo dessa trajetória, diferentes bandeiras surgiram e a Rede se somou aos embates. Seguimos sempre construindo resistências e alternativas, a partir dos povos, corpos e territórios.

Fazemos parte do Jubileu Sul/Américas, outra rede ampla e plural que atua na América Latina e Caribe em defesa dos povos e da natureza, em todas as suas manifestações e expressões. Caminhamos em unidade, num movimento global pela anulação e repúdio das dívidas externas e internas. Exigimos reparações (financeira, histórica, socioecológica) aos danos causados pelo endividamento que impacta o desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico dos países, sobretudo no Sul global.

Nestes 25 anos de caminhada e lutas celebrados neste 2024, realizamos no ano 2000 o Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa; em 2001, um amplo debate pela Auditoria Cidadã da Dívida; em 2002, o plebiscito sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e sobre a Base de Alcântara; em 2005, a Campanha Continental contra a Alca que teve como vitória o “enterro do acordo da Alca”, em Mar del Plata, Argentina.

Entre 2008 e 2010, participamos ativamente da Assembleia Popular no Brasil; 2019 a 2023 do processo da 6ª Semana Social Brasileira, convocado pela Comissão Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); em 2024, da construção coletiva da Cúpula dos Povos frente ao G20, iniciativa alternativa à cúpula de países entre as vinte maiores economias globais (G20).

Este relatório traz o relato das principais ações, embates, desafios e resultados. Ainda que não contemple na totalidade o conjunto de atividades de 2024, é o principal instrumento de apresentação das realizações da Rede JSB no período.

Plano estratégico

No Plano Estratégico da Rede JSB para o ciclo de três anos (2022-2025), estabelecemos:

Missão

Despertar a consciência, a indignação e mobilizar a sociedade sobre a relação entre o sistema econômico e o sistema da dívida, a exploração do meio ambiente, das mulheres e empobrecimento da população, para a defesa e promoção dos direitos dos povos e da natureza, da solidariedade internacional e pela autodeterminação dos povos com justiça social.

Visão

Atuar de forma estratégica e em rede para consolidação e defesa dos direitos econômicos e sociais, sendo referência no debate sobre o sistema da dívida pública, na defesa da democracia e dos direitos humanos, bem como na crítica ao capitalismo e na construção da justiça socioeconômica, e um Estado radicalmente democrático.

Princípios e valores

- Solidariedade;
- Justiça social;
- Equidade;
- Feminismos, com ênfase no feminismo comunitário;
- Ética;
- Educação e comunicação popular e feminista;
- Soberania dos povos e territórios;
- Fortalecimento de coletivos.

Objetivos

1. Tornar o tema da dívida pública e das dívidas sociais mais popular;
2. Ampliar a rede de reflexões e ações em torno da problemática do uso dos recursos públicos;
3. Fortalecer os protagonismos e a participação das mulheres, por meio de processos de formação integral e estratégias de proteção e valorização da vida das mulheres nos territórios;
4. Fortalecer e mobilizar grupos, pessoas, organizações para atuarem nas lutas locais, sobre a relação da dívida, meio ambiente, empobrecimento da população para a defesa e promoção por direitos básicos de saúde, alimentação, moradia, trabalho, renda e participação popular, denunciar as injustiças e desigualdades, fome e os males causados por este sistema neoliberal, solidariedade aos povos e internacional, passando pelo recorte racial e de gênero;

5. Manter ações de incidência locais, nacionais e internacionais em rede e fortalecer espaços de articulação.

Resultados esperados

1. Redes e organizações envolvidas nas ações do JSB fortalecidas e conquistando maior mobilização social;
2. Lutas fortalecidas nos territórios onde o JSB irradia seus princípios e valores em defesa vida digna;
3. Emenda Constitucional “Teto de Gastos” suprimida;
4. Dívida pública suspensa/auditada, considerando processos de articulação internacional pelo seu cancelamento;
5. Espaços democráticos, de construção de alternativas, espaços de diálogo e troca de experiências fortalecidos através dos saberes locais e da educação popular;
6. Iniciativas de transformação das realidades desiguais implementadas por meio da ação da Rede JSB;
7. Consolidada articulação com outros países da América Latina e Caribe;
8. Empoderamento de mulheres e comunidades, com recorte de gênero e raça, contribuindo para a incidência política, para autonomia econômica e para acabar com o racismo.

Acesse a íntegra do planejamento estratégico 2022-2025 [clikando aqui](#).

Coordenação nacional

A Coordenação Nacional da Rede Jubileu Sul Brasil promove reuniões virtuais mensais com caráter formativo, acompanhamento do plano de trabalho e análise da conjuntura. Essa prática aprofunda questões cruciais para o trabalho da Rede, também orienta as ações com base em uma análise contínua do contexto.

Presencialmente no encontro anual, os representantes das entidades membro e parceiras fazem diagnóstico coletivo, avaliam as realizações do ano anterior, definem as prioridades do período seguinte e expressam sua posição frente à conjuntura. Os resultados e o posicionamento da Rede estão na “Declaração da Reunião Anual da Coordenação do Jubileu Sul Brasil nos seus 25 anos de existência” ([leia mais](#)).

Organizações membro do JSB se reuniram também com parceiras e representantes da Rede Jubileu Sul/Américas nas sub-regiões Andina, Caribe e Cone Sul, em encontro no Rio de Janeiro para as mobilizações da Cúpula dos Povos Frente ao G20 e para celebrar os 25 anos do Jubileu Brasil.

Foto: Claudia Pereira



Jubileu Sul Brasil e Jubileu Sul/Américas mobilizados no Rio de Janeiro.

Eixos prioritários

A Rede Jubileu Sul Brasil atua de forma integrada priorizando cinco eixos: dívidas (socio-ecológica, cultural, histórica e financeira), desigualdades e soberania; mulheres, direitos e territórios; comunicação popular; articulação e mobilização social; fortalecimento da rede.

Os eixos estruturantes orientam as ações articuladas, com suas estratégias e objetivos, visando transformações que garantam a reparação das dívidas sociais, o cancelamento da dívida pública, o acesso aos direitos fundamentais, maior alcance para mobilizações sociais, o fortalecimento das lutas, da democracia, das organizações membro e parceiras, da organização e formação política das mulheres.

● Dívidas, desigualdades e soberania

Foto: Flaviana Serafim



25 anos do Jubileu Sul Brasil em sessão solene na Câmara de Fortaleza (CE).

O ano de 2024 foi um ano intenso de ações e mobilizações contra as dívidas e por reparação financeira, histórica, social e ambiental aos danos causados pelo endividamento público. O momento marcou os 25 anos de caminhada da Rede Jubileu Sul Brasil, celebrados com homenagens, reflexão, comemorações, produção de conteúdos históricos e formativos.

Entre outros, destacamos a homenagem recebida no dia 1º de abril, na Câmara Municipal

de Fortaleza (CE), numa iniciativa da Mandata Nossa Cara (PSOL). Na sessão solene, a co-vereadora Adriana Geronimo ressaltou a relevância da Rede nos territórios de Fortaleza, impulsionando e apoiando ações como o “Sisteminha” de segurança e soberania alimentar, baseado na produção solidária e comunitária, que surgiu em meio à crise da pandemia.

No Rio de Janeiro, a comemoração reuniu dezenas de representantes de organizações membro não só do JSB, mas também da Rede Jubileu Sul/Américas, além de parceiras da caminhada em celebração no Tuia Café Cultural, da Ocupação Manuel Congo, no centro da capital fluminense.

Com o objetivo de sistematizar os aprendizados, construções e materiais produzidos ao longo dos 25 anos de história, a Rede lançou a revista comemorativa **Construindo resistências desde os povos e territórios**. O conjunto de artigos destaca como estava o mundo quando a Rede nasceu, em 1999; traz reflexões sobre temas prioritários, como o impacto da dívida pública no direito das mulheres; a militarização da vida que assola o Haiti, as favelas do Rio e outras periferias do mundo; o embate aos acordos de comércio; o papel da Rede mobilizando a participação popular. Também foram produzidos vídeos e um site com acerto histórico (saiba mais no eixo **Comunicação Popular**).

Ao longo de todo o ano, o JSB articulou, promoveu formação e mobilização nos territórios de Fortaleza, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, além de ações de incidência nas diferentes instâncias de governo, sempre na luta por direitos e exigindo reparação das dívidas.

Em abril, em Fortaleza, o **Seminário “Transição ou transação energética? Agenda internacional, financiamento e repercussões”** teve como objetivo debater e promover um intercâmbio em rede, no nível regional e nacional, para difundir análises críticas aos modelos hegemônicos de transição energética, suas relações com a política climática e a política de financiamento dessa transição. Também teve a intenção de analisar o modelo de transição energética corporativa, refletindo sobre o que seria uma transição energética justa, transformadora e popular; sobre alternativas energéticas, propostas e perspectivas para o Brasil; e sobre como a transição energética no país se insere na agenda internacional, a exemplo da Cúpula do G20 e da Cúpula dos Brics, em 2024, e da Conferência do Clima (COP 30), em 2025.

No primeiro dia (02/04), foram realizadas três visitas de campo simultâneas para intercâmbio de experiências e para conhecer a situação de comunidades que foram impactadas por grandes empreendimentos relacionados à energia. As visitas ocorreram na comunidade do Cumbe, de remanescentes de quilombolas, em Aracati; nos assentamentos da reforma agrária Morrinhos e Queimadas, no município de Santa Quitéria; e no Conjunto Palmeiras, comunidade periférica de Fortaleza. A programação prosseguiu com os debates realizados nos dias 3 e 4/4, na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), em Fortaleza.

Assista à videorreportagem sobre as lutas e impactos no Quilombo do Cumbe.

No Rio de Janeiro, foram diversas mobilizações fazendo a crítica à Cúpula do G20, o grupo dos 20 países entre as maiores economias globais. A Rede JSB levou a reflexão sobre as dívidas nos processos de mobilização, construção coletiva, debates e formações.



Um desses espaços foi a **Cúpula dos Povos Frente ao G20** (foto), que reuniu cerca de 700 participantes de todas as regiões do Brasil, da África do Sul, de países da América Latina e Caribe, em 14 de novembro de 2024, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro. Realizado de forma independente, autônoma e autofinanciado, o evento foi promovido por um coletivo internacional de organizações da sociedade civil, sindicatos, redes e movimentos populares, em paralelo à programação oficial da Cúpula de Líderes do G20, que ocorreu entre os dias 18 e 19 de novembro na capital fluminense.

Os principais objetivos do encontro foram promover um debate crítico à Cúpula do G20, buscar alternativas frente aos desafios da conjuntura e denunciar as falsas soluções propostas pelos países membros do grupo dos 20 para as múltiplas crises da atualidade.

Como parte das mobilizações da Cúpula dos Povos no Rio de Janeiro, foi realizado o **Tribunal Popular “O imperialismo no banco dos réus”**, em 15 de novembro de 2024, na Fundação Progresso. O tribunal reuniu cerca de 1.500 participantes, num julgamento simbólico que denunciou e condenou as políticas imperialistas que afetam os povos e a natureza de todo o mundo.

Vítimas diretas de crimes do imperialismo, representantes da Palestina, União Europeia, Cuba, Haiti e Brasil estiveram presentes como testemunhas e na composição do júri.

Ao final do tribunal, a condenação por quatro grandes crimes: o genocídio dos povos, tendo caso modelo o massacre produzido pelo Estado de Israel e seus aliados contra o povo palestino; a indução à pobreza, a partir de políticas de austeridade e os tratados de livre comércio, tendo como referência o acordo negociado entre o Mercosul e a União Europeia; a guerra econômica e a violação da soberania e autodeterminação dos povos, representada pelo bloqueio ilegal dos Estados Unidos contra o povo cubano e o acoso das potências sobre o Haiti; o racismo estrutural e ambiental, que recuperou diversos casos de assassinato da juventude negra do Rio de Janeiro e o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), ocorrido em 2015, com efeitos sentidos até os dias atuais.



Imperialismo no banco dos réus em tribunal popular, no Rio de Janeiro.

No dia seguinte (16/11), em Copacabana, mesmo sob a forte chuva milhares de pessoas participaram da **Marcha dos Povos “Palestina livre do Rio ao Mar. Fora Imperialismo!”**. O ato ocupou as ruas alertando autoridades e a sociedade sobre o conflito na Faixa de Gaza, a situação vivida pelo povo palestino frente à ofensiva israelense, questionou o poder de decisão nas mãos dos líderes mundiais e reivindicou a não ratificação do Acordo União Europeia-Mercosul.

Mulheres, direitos e territórios

Na defesa dos direitos, do empoderamento e do protagonismo das mulheres, a Rede Jubileu Sul Brasil promoveu diversas atividades em Fortaleza, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, sempre em unidade com entidades locais parceiras.

As atividades do Eixo Mulheres são planejadas para impactar diversos espaços institucionais e de articulação, com o objetivo de abordar questões emergentes nos territórios e promover mudanças significativas na vida cotidiana das mulheres.

Foram rodas de leitura, atendimento psicossocial, formações sobre orçamento, dívida pública, empreendedorismo social e políticas públicas, negritude e reparação entre outros, além da Coletiva de Mulheres.

Promovemos uma série de rodas de conversa virtuais durante a campanha eleitoral, incentivando o protagonismo das mulheres nesses debates, na luta e incidência por seus direitos. Os encontros pautaram: “O papel das mulheres nas eleições e o direito à moradia”; “Mulheres, eleições e segurança pública”; “Eleições, mulheres e políticas de segurança pública”.

De forma periódica, realizamos atividades formativas em espaços de preparação para a Cúpula dos Povos frente ao G20, nas plenárias do Grito dos Excluídos e Excluídas, bem como ações de articulação e participação em atividades de parceiros.

Nas atividades presenciais e na ação digital nas redes sociais pautamos o embate contra a violência às mulheres, com dados, canais de denúncia, publicações formativas e informativas. Destacamos as mobilizações com postagens nas redes sociais e a participação ativa das comunidades em eventos presenciais realizados em cada território, como no 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e no 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

As ações foram marcadas por mobilizações significativas, por atividades em homenagem a defensoras, líderes e figuras públicas essenciais para as lutas femininas e ainda pela divulgação de materiais elaborados por e para mulheres. Em um contexto de aumento da violência contra defensores de direitos humanos e de radicalização do cenário político brasileiro, a Coletiva de Mulheres também ofereceu um espaço de diálogo sobre segurança entre as ativistas.

Comunicação popular

A comunicação é estratégica para a mobilização e incidência política do Jubileu Sul Brasil, e transversal a todos os nossos eixos prioritários de atuação. Lutamos por uma comunicação orientada para a defesa da vida, comprometida com a verdade e com o direito à informação. Acreditamos na comunicação popular, participativa e emancipatória, sempre com uma abordagem inclusiva, contra-hegemônica e anti-patriarcal.

A soma de ações no conjunto das redes e mídias sociais resultou no alcance total de mais de 154 mil usuários, um crescimento de 42% na comparação com 2023. Ampliamos nossa atuação em rede de comunicadores com produção de conteúdos, diversidade de formatos e postagens colaborativas, com engajamento médio que cresceu de 8,56% em 2023 para 12% em 2024. O perfil principal do público alcançado são mulheres, de 25 a 54 anos, residentes nas principais capitais de todas as regiões do país.

No site, redes e mídias sociais, foram produzidos diversos conteúdos informativos e formativos sempre de forma pedagógica, com dados e fatos, narrativas e perspectivas desde e para os territórios, na divulgação das principais bandeiras de luta e do cotidiano dos espaços onde o JSB atua. A equipe de comunicação também faz a cobertura jornalística do conjunto de atividades, fazendo a contra narrativa, visibilizando as perspectivas e vozes dos territórios de atuação.

Para celebrar os 25 anos da Rede JSB, em 2024 foram produzidos diferentes materiais comemorativos como selo, vídeos, lançamento de [site com acervo histórico](#) e da revista digital [Construindo resistências desde os povos e territórios](#).

Com o intuito de fomentar o conhecimento e a educação popular ao longo do ano, sobretudo durante as reuniões do G20, produzimos materiais e formação que contribuíram para a preparação da Cúpula dos Povos Frente ao G20. Entre as iniciativas, vídeos e reels, boletins informativos e o [Caderno para entender o G20](#) em formato digital, e uma oficina sobre o tema para jornalistas e comunicadores populares, presencialmente no Rio de Janeiro, com transmissão ao vivo para participação virtual de inscritos na formação.

No cotidiano, o Jubileu Sul Brasil segue divulgando e promovendo os seus materiais construídos para seu processo de formação popular, principalmente as cartilhas elaboradas que são utilizadas em rodas de conversas e oficinas. Outros materiais digitais são elaborados em datas relevantes e simbólicas com o objetivo de fomentar o debate sobre os direitos dos povos e da natureza.

Confira alguns dos conteúdos produzidos em 2024:

[**Dívida pública e G20: quem paga a conta?**](#)

[**O feijão do nosso almoço está na pauta do G20**](#)

[**A vida acima do lucro: povos e natureza não estão à venda**](#)

[**Tribunal Popular: o imperialismo no banco dos réus**](#)

[**Palestina livre do Rio ao Mar**](#)

[**Lançamento do Tribunal dos Povos e da Natureza contra o FMI e o Banco Mundial**](#)

Articulação e mobilização social



Toré dos indígenas guarani do Tekoa Ka'aguy Hovy Porã, de Maricá (RJ), na Cúpula dos Povos. / Foto: Rodrigo Matos

A Rede Jubileu Sul Brasil atua em várias frentes de luta, em aliança com organizações e movimentos populares para ações de incidência política, sempre somando forças na defesa de direitos dos povos e da natureza. E não foi diferente em 2024, com articulações locais engajadas principalmente nos embates por moradia digna, acesso à cidade e por orçamento para políticas públicas, entre outros.

O período foi marcado pela consolidação de diversas parcerias e fortalecimento de novas articulações, com destaque

para o processo coletivo de construção da *Cúpula dos Povos Frente ao G20*, da qual a Rede Jubileu Sul compôs a secretaria operativa, os grupos de trabalho de comunicação, articulação e de metodologia, assim como em processos locais, nos comitês São Paulo e Fortaleza.

Articulações internacionais

A *Cúpula dos Povos Frente ao G20* reuniu cerca de 700 pessoas, na Associação Brasileira de Imprensa, em novembro. Foi construída de forma independente, por um coletivo internacional de organizações e movimentos sociais, para pautar a agenda e a visão dos povos na busca por alternativas diante dos desafios da atualidade.

Como parte das mobilizações da Cúpula dos Povos no Rio de Janeiro, foi realizado o *Tribunal Popular “O imperialismo no banco dos réus”*, em 15 de novembro. Da Fundação Progresso, antigo prédio de uma fábrica de fogões na Lapa (RJ), que hoje é um importante centro cultural, foi cenário para o julgamento do imperialismo. Mais de 1.500 pessoas estavam presentes. Um momento marcante que certamente ficará na história da luta popular no Brasil.

Com objetivo em julgar os casos analisados a fim de condenar o capitalismo por seus crimes contra os direitos humanos, foram julgados: genocídio dos povos, indução à pobreza, guerra econômica e violações da soberania autodeterminação dos povos e racismo estrutural e ambiental. A atividade também foi organizada de maneira autônoma por diversas entidades parceiras, no ensejo da Cúpula do G20, dando visibilidade às maneiras pelas quais as guerras de todos os tipos destruíram as várias formas de democracia.

No dia seguinte (16/11), em Copacabana, mesmo sob a forte chuva milhares de pessoas participaram da *Marcha dos Povos “Palestina livre do Rio ao Mar. Fora Imperialismo!”*. Representando um coletivo de organizações nacional e internacional denunciou o genocídio em Gaza e no Líbano, além de denunciar as diversas violações sofridas pelos povos e comunidades tradicionais do Brasil.



Marcha dos Povos “Palestina livre do Rio ao Mar”, na capital fluminense.
Foto: Claudia Pereira

Durante todo o ano de 2024, impulsionamos o tema das dívidas - sociológica, cultural, histórica e financeira. Em todos os espaços em que a Rede JSB atua, nas mobilizações, formações e nos conteúdos divulgados em nossas mídias e redes sociais, continuamos no embate sempre a partir da educação popular para tornar acessível a compreensão sobre o sistema de endividamento e seus impactos na vida da população.

Articulação Cone Sul

A Rede atua no nível internacional também por meio da articulação do Cone Sul, impulsionando diálogo nos temas de soberania de água e energia, promovendo debates para aprofundar a discussão de questões como o combate à pobreza, crise do clima, dívidas, desenvolvimento sustentável, governança global e soberania.

Entre as iniciativas de 2024, promoveu junto com a Rede Jubileu Sul/Américas o ciclo de debates virtuais [A Cúpula dos Povos: de pé frente ao G20](#), para trazer a visão dos povos do Sul global sobre a Cúpula de líderes do G20, o grupo das 20 entre as maiores economias do mundo.

Com cinco encontros transmitidos ao vivo entre julho e dezembro, o ciclo fortaleceu a mobilização e a reflexão sobre os impactos que as decisões da Cúpula do G20 têm na vida cotidiana, uma vez que os chefes de Estado e de governo dos países do G20 decidem os rumos da política econômica e do neoliberalismo mundial. As discussões pautaram transição energética, água e extrativismo verde; austeridade, dívidas sociais e climáticas e a relação G20, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI); justiça e reparação, colonialismo, escravidão e genocídio.

O Jubileu Sul integra ainda espaços de incidência, como a [Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-União Europeia](#), na luta contra o tratado colonialista que traz diversos impactos aos povos e territórios.

Outra importante articulação é a *Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo*, sendo um espaço de sinergia entre várias entidades sindicais e do movimento popular onde pauta o trabalho político, iniciativas e avanços dos processos de integração e soberania dos povos, além da definição de propostas de ação diante de diferentes lutas, entre as quais o embate frente às empresas transnacionais e ao acordo União Europeia-Mercosul.

Articulações nacionais



Transição energética pautou seminário e visitas de intercâmbio no Ceará.

Foto: Flaviana Serafim

Seminário “Transição ou transação energética? Agenda internacional, financiamento e repercussões”: realizado em abril, em Fortaleza (CE), na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), com a participação de mais de 200 pessoas. O evento debateu os impactos sociais e ambientais da exploração de energia renovável, e as alternativas para transição justa, popular e inclusiva frente à crise climática.

Além dos debates na Alece, a programação contemplou também visita às comunidades afetadas por megaprojetos do setor de energia no estado. [Saiba mais.](#)

Articulação Nacional da Cúpula dos Povos rumo à COP 30: a Rede JSB tem atuado nas Conferências para o Clima como estratégia para denunciar as falsas soluções propostas pelo mercado e o avanço da financeirização. A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP 30, que ocorre em novembro de 2025, em Belém (PA), será um momento estratégico para a mobilização da sociedade civil e a participação crítica, com a perspectiva dos povos e territórios. Seguiremos acompanhando essa importante agenda e denunciando a dívida socioecológica e climática.

A Rede Jubileu Sul Brasil segue desempenhando um papel ativo e orgânico na elaboração do **30º Grito dos Excluídos e Excluídas**, que em 2024 teve como lema *Todas as formas de vida importam. Mas, quem se importa?*. A Rede JSB participou, entre outras atividades, do

22º Encontro Nacional de Articuladores/as do Grito dos Excluídos/as, em São Paulo.

Em 2024, encerrou-se a **6ª Semana Social Brasileira** e, após quatro anos de trabalho colaborativo, a Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB) e organizações parceiras apresentaram a sistematização e lançamento oficial do Projeto Popular *O Brasil que queremos: o Bem Viver dos Povos*, em Brasília (DF).



O Grito de 2024 em Aparecida do Norte (SP) / Arquivo Grito dos Excluídos

Articulações locais



“Sisteminhas” de produção de alimentos em Fortaleza (CE): comunidade unida por soberania e segurança alimentar.
Fotos: Carla Vieira/Instituto Terramar

Fortaleza (CE): as ações territoriais seguem engajando e mobilizando as comunidades. Dentre as atividades de formação, mobilização, iniciativas de geração de renda e

incidência, destacamos:

- **Geração de renda – Sisteminhas:** as atividades de geração de renda e economia solidária prosseguem com três **“Sisteminhas”** de segurança e soberania alimentar, que têm produção de alimentos a partir da construção coletiva e partilha solidária de hortas comunitárias, galinheiros e tanques de criação de peixes.

Em abril, os territórios receberam visita dos participantes do **Seminário “Transição ou Transação Energética?”**, como parte de um intercâmbio de experiências alternativas. O “Sisteminha” do Conjunto Palmeiras também recebeu, em maio, a visita do deputado estadual Renato Roseno (Psol) e de representantes da Casa Civil de Angola.

- **Intercâmbio de experiências:** outros dois territórios foram visitados durante as atividades do Seminário “Transição ou Transação Energética?”, o Assentamento Queimadas, em Santa Quitéria, afetado pela exploração de urânio; o Quilombo do Cumbe, em Aracati, impactado pela invasão de um parque eólico e pela carcinicultura, as “fazendas” de criação de camarões em cativeiro. A última visita foi registrada em ***videoreportagem sobre o Quilombo do Cumbe***.
- **Incidência e participação popular:** Cícera da Silva, liderança do Movimento dos Conselhos Populares (MCP), membro da Rede JSB no Ceará, tomou posse no Conselho Gestor das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) de Fortaleza, onde representa as comunidades do bairro Planalto Pici.
- **Seminário “Acesso à justiça e luta por direitos: planejamento coletivo de ações do Escritório Frei Tito de Alencar”:** evento promovido em maio, na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), para realizar, em conjunto com as comunidades, o planejamento do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar. O escritório é um órgão permanente da Alece voltado à prestação de assessoria jurídica popular, judicial e extrajudicial a grupos, coletivos, movimentos e indivíduos em situação de vulnerabilidade em casos de violações de direitos humanos.



Visitas de intercâmbio no Quilombo do Cumbe (à esquerda) e no Assentamento Queimadas (CE).

Fotos: Flaviana Serafim e Elena Meireles/Terramar

- **Distribuição de cestas e kit de higiene:** ações de solidariedade realizadas com entregas mensais de cestas básicas de alimentação e kit com itens de higiene para famílias das comunidades atendidas pelo Jubileu Brasil.
- **Incidência:** movimentos sociais e sociedade civil foram ouvidos em maio para que suas pautas fossem incluídas no orçamento da Defensoria Pública para 2025. Lideranças do MCP solicitaram a leitura de um documento com 20 propostas construídas ao longo de audiências, para conhecimento das prioridades apontadas pela sociedade civil e os movimentos populares.
- **Seminário O legado da Copa: 10 anos de violações, lutas e resistências:** Reuniu cerca de 70 participantes em 20 de julho, na Assembleia Legislativa do Ceará. Discutiu os impactos causados pela realização do megaevento na capital cearense, na perspectiva de reparações, tendo as pessoas impactadas e ameaçadas de remoção como protagonistas.

Foto: Lucimeire Araújo



Dívida pública, orçamento público e impactos na vida entre os temas da série de formações em São Paulo.

São Paulo (SP): na capital paulista é fundamental mencionar a consolidação do apoio de organizações membro, que vêm contribuindo para expandir e fortalecer nossas iniciativas. Destacamos sobretudo a colaboração estabelecida com a Ação Social Franciscana (Sefras) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Entre as atividades realizadas em parceria:

- **Rodas de conversa na Casa de Clara** – série de diálogos sobre “Renda, dinheiro público e o impacto na vida das mulheres”, com quatro encontros na zona leste, abordando: empreendedorismo social, a perspectiva da economia solidária e Economia de Francisco e Clara; orçamento público e políticas públicas para as mulheres, dívidas sociais e financeiras; caminhos para ação, incidência política e social.

- **Pastoral da Moradia e Favela:** participamos na reunião nacional da coordenação executiva da pastoral, em encontro para programação, organização de atividades e articulações.
- **Crise climática:** a Rede JSB continua impulsionando o núcleo SP do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental. Em setembro, promoveu em parceria o **Seminário “Mudanças climáticas, terra, água e floresta: perspectivas & desafios”**, na Casa de Clara, do Sefras.

Outra articulação que tem ocorrido na capital paulista é com parlamentares, na qual destacamos reunião realizada com a vereadora Luana Alves, do PSOL, que tem atuado junto às ações do Sefras, entidade membro da Rede JSB.

Foto: Josilene Passos



Mobilização do “Julho das Pretas”, em Salvador (BA).

Salvador (BA): as atividades na capital baiana seguiram mobilizando as mulheres em parceria com a Cáritas, organização membro da Rede. Destacamos as articulações para o G20, Grito dos Excluídos/as, além da presença em datas importantes no calendário de lutas:

- **25 de Julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha:** participação na marcha das mulheres pretas em Salvador, que tem crescido em divulgação e participação dos coletivos feministas locais.
- **Articulação para o G20 Social:** reunião com parceiros sobre o G20 Social e a Cúpula dos Povos, com o objetivo de fortalecer a construção coletiva da cúpula paralela ao

encontro de países do G20, e de envolver as mulheres dos territórios.

- **Grito dos Excluídos e Excluídas:** participação na caminhada do Grito, no dia 7 de setembro, além da construção do Gritinho, espaço para as crianças e jovens. A marcha de 2024 denunciou o modelo de desenvolvimento excludente.
- **Atividades com as mulheres:** foram diversas realizadas com mulheres dos territórios Nova Brasília de Valéria e Águas Claras. Elencamos algumas que foram organizadas pela articuladora não só como espaço formativo, mas também de acolhimento e autocuidado com as mulheres que vivem em situações de vulnerabilidade e contexto de violências. Foram rodas de conversa sobre autocuidado; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); eleições, com o objetivo de apresentar o caminho pós eleição municipal (prefeito e vereadores/as); reflexão sobre que cultura é oferecida e o que a população quer nos bairros, preparando para a votação do Plano Plurianual de Salvador; *Novembro Negro* e saúde da população negra, sobre o que é o novembro negro e a predisposição da população negra à anemia falciforme.



Oficinas de autocuidado e práticas integrativas em Nova Brasília de Valéria. / Fotos: Josilene Passos

Campanhas

Campanha internacional “Fora FMI-Banco Mundial: 80 anos de miséria, devastação e dívidas. Reparações já!”

Lançada com [coletiva de imprensa](#) em julho de 2024, por centenas de movimentos populares, redes e organizações da sociedade civil de todo o mundo, entre as quais as redes Jubileu Sul Brasil e Jubileu Sul/Américas.

A campanha visa à soma de forças para pôr fim à ação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e da dívida ilegítima gerada em diversas nações por estas instituições financeiras internacionais (IFIs). Foi lançada no marco dos 80 anos da assinatura dos acordos de Bretton Woods, que em 1944 criaram estas IFIs buscando expandir o poder americano e “ocidental” no contexto do pós-guerra.

Ao longo de 2024, foram realizadas diversas atividades pelo conjunto de entidades participantes, para denunciar e impedir o avanço da atual ‘agenda verde’ das IFIs, dos governos e dos interesses privados - uma agenda que propõe falsas soluções para a crise socioecológica, climática, econômica e política que vivemos. Foram produzidos vídeos, materiais digitais, estudos e análises sobre os impactos das políticas de austeridade e outras que vêm sendo impostas nos vários países ao longo de oito décadas.

Acervo Esplar



Tribunal popular em Fortaleza (CE) denunciou os males dos agrotóxicos.

Como parte da campanha, ocorre ainda o Tribunal dos Povos e da Natureza contra o FMI e o Banco Mundial, com audiências plurinacionais para julgar as violações de direitos humanos e da natureza. As sessões do tribunal começaram em Quito, no Equador, em outubro de 2024. No mesmo mês, a segunda audiência teve como foco os agrotóxicos e o avanço do colonialismo químico, em tribunal promovido pelo Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, entidade membro da Rede JSB

A campanha e os tribunais prosseguem durante o ano de 2025, com a decisão final por um Júri Popular composto por pessoas de diversas origens, reconhecida experiência e representatividade. Entre as personalidades do Júri estão: o ganhador do Prêmio Nobel argentino Adolfo Pérez Esquivel, a líder indígena equatoriana Blanca Chancosa, o líder popular haitiano Camille Chalmers, a ativista filipina Lidy Nacpil, o economista indiano C. P. Chandrasekhar, o sindicalista e líder político de Trinidad e Tobago David Abdulah, e a coordenadora do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), Berta Zúñiga Cáceres.

[Saiba mais sobre a campanha.](#)

Campanha Defesa de Defensoras de Direitos Humanos

Iniciada em 2019, a campanha internacional de solidariedade, mobilizada a partir da Rede Jubileu Sul/Américas, visa ampliar a mobilização social em apoio às defensoras e defensores dos direitos humanos e ambientais em países da região. São ações coordenadas diante de denúncias de violações, especialmente no Brasil, Guatemala, Haiti, Honduras e México, além de parcerias com outras organizações de direitos humanos para reforçar as iniciativas de defesa.

No Brasil, a iniciativa concentra esforços na busca por justiça no caso de [Marielle Franco](#), vereadora do PSOL assassinada em março de 2018 no Rio de Janeiro. Internacionalmente, a luta permanente por justiça à [Berta Cáceres](#), líder indígena hondurenha assassinada, em março de 2016, morta por combater megaprojetos que acentuavam injustiças socioambientais, promoviam a expulsão de povos originários dos seus territórios e impactavam diretamente em modos de vida, conhecimentos e cuidados ancestrais.

Além dessas lutas, destacamos as ações de solidariedade aos atingidos pelas chuvas no Rio Grande do Sul e aos povos indígenas, principalmente os [Avá-Guarani](#), no Brasil e Paraguai, afetadas pela construção da hidrelétrica binacional de Itaipu e que há cinco décadas buscam justiça e reparação.

Nas redes sociais, ao longo do desenvolvimento da campanha foram alcançadas 284 mil pessoas em 20 países, segundo o Relatório [Apuestas, Caminos y Tejidos Construidos](#), que avalia o impacto da ação.

Mobilização de recursos

Em 2024, foram executados projetos com apoio da DKA, CAFOD, Fundação Ford e Adveniat.

Para 2025, além da renovação de projetos com DKA e Fundação Ford, a Emenda Parlamentar da Deputada federal Fernanda Melchionna, de acordo com o Termo de Fomento nº 962421/2024 por meio do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Saiba mais no site [clicando aqui](#).

Responsabilidade e Transparência

Em 2024, a Rede JSB concluiu o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Também foi realizada auditoria institucional como parte do compromisso de responsabilidade e transparência.

Perspectivas do caminho

Para o próximo período, a Rede Jubileu Sul se coloca no desafio da construção coletiva, a partir do planejamento estratégico e articulado que fortaleça a sinergia nas lutas para fazer frente aos avanços da extrema direita no Brasil, América Latina e Caribe.

Construir fortalecendo politicamente os processos, as articulações, os coletivos, os povos e territórios é o principal foco do nosso trabalho.

A caminhada continua, somando forças em parcerias nas lutas, com o desafio de contribuir para um saldo organizativo nas ações que levem a uma sociedade sem dívidas financeiras, históricas, sociais e socioecológicas/climáticas e com reparação.

Pelo Bem Viver, pelos direitos dos povos e da natureza. Pela vida acima da dívida, pela vida acima do lucro! Reparações já!

Entidades membro

O Jubileu Sul Brasil conta com 23 entidades membro. Conheça um pouco a pluralidade das organizações que integram a nossa rede:

1. Associação de Favelas de São José dos Campos

A [Associação de Favelas](#) nasceu de uma necessidade de organização popular em 1988, com o objetivo de levar educação e formação popular e defender os direitos da população invisibilizada.

Ao longo da trajetória da associação, houve diversas parcerias com outros movimentos e pastorais, desenvolvendo mobilizações com o intuito de cobrar ações das autoridades, reivindicando espaços que pertencem à população desde a fundação da cidade, mas que até os dias atuais vive na irregularidade por descaso do Estado.

2. Cáritas Brasileira

A [Cáritas Brasileira](#), fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações membro da Cáritas Internacional. Tem origem na ação mobilizadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A missão da Cáritas é essencialmente buscar caminhos transformadores para a vida dessas pessoas, na perspectiva da garantia da dignidade e da defesa dos direitos humanos.

No Brasil atua como um organismo CNBB e possui uma rede com 187 entidades membro e 12 regionais. É uma das organizações fundadoras da Rede Jubileu Sul e acolheu a nossa secretaria administrativa em suas dependências físicas, entre os anos de 2001 e 2006.

3. Central de Movimentos Populares

A [Central de Movimentos Populares \(CMP\)](#) é uma organização presente em 19 estados brasileiros, que congrega diversos movimentos populares urbanos, como de moradia, saúde, mulheres, negros(as), juventude, economia solidária, defesa dos direitos das crianças e adolescentes e associações de moradores.

A CMP resultou de um processo histórico de resistência dos movimentos populares, em especial das lutas sociais da década de 1980, em defesa da reforma urbana e de um projeto democrático-popular para o país, com o objetivo de articular os movimentos populares urbanos em suas lutas comuns e de caráter geral, como forma de superar a fragmentação existente entre os movimentos populares. Tornou-se uma das organizações fundadoras da Rede Jubileu Sul.

4. Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves

O [Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves](#) foi criado na Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ), com o objetivo de promover formação política-social e atividades culturais, a partir da perspectiva da educação popular.

5. Centro Dandara de Promotoras Legais Populares

Fundado em dezembro de 2001, o [Centro Dandara de Promotoras Legais Populares](#) é resultado do projeto “Promotoras Legais Populares”, que se instalou na cidade de São José dos Campos no final da década de 1990. O interesse das promotoras legais, em especial das primeiras turmas, foi fundamental para a criação desta instituição que agrega mulheres de diversos segmentos da sociedade.

Em duas décadas de projeto, nos mais de 20 anos de existência institucional, o centro se consolida como “Espaço de Mulher”, com o objetivo de promover os direitos humanos focando as desigualdades decorrentes das relações de gênero, raça/etnia e socioeconômicas, em âmbito nacional, além de promover a defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais, meio ambiente, da (o) consumidora (o), das pessoas com deficiência, habitação popular, urbanismo, saúde e educação.

6. Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)

O [Centro de Estudos Bíblicos \(CEBI\)](#) surgiu em 1960 e visa aprofundar, consolidar, articular e organizar a prática da leitura bíblica feita dentro da realidade e da comunidade, despertando a solidariedade e a cooperação na busca de soluções para os problemas do cotidiano, defendendo e promovendo a vida, através da inserção em comunidades eclesiais, grupos populares e movimentos sociais.

7. Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR)

O [Centro de Pesquisa e Assessoria \(ESPLAR\)](#) é uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, fundada em 1974, que atua em defesa da agricultura familiar e da agroecologia no semiárido cearense.

O Esplar existe para apoiar os movimentos sociais na construção de um projeto de desenvolvimento solidário, ecologicamente sustentável e resiliente às mudanças climáticas, com foco na agricultura familiar de base agroecológica, na perspectiva da igualdade de gênero, raça, etnia e geração.

8. 6ª SSB | Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da CNBB

As [Semanas Sociais Brasileiras](#) são mobilizadas pela Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB). A primeira SSB surgiu em 1991 e todas as edições articulam as forças populares e intelectuais para o debate de questões sociopolíticas, socioeconômicas e socioambientais do país para uma ação sociotransformadora.

A Rede Jubileu Sul é um resultado concreto da 3ª Semana Social Brasileira (1997-1999), que abordou o tema “Resgate das dívidas sociais: justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática”.

A 6ª edição da SSB (2020 -2024) pautou o tema “Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho”, além dos eixos democracia, economia e soberania, com a proposta da construção do projeto popular “O Brasil que queremos: o Bem Viver dos Povos”, a partir dos acúmulos das cinco edições anteriores.

9. Conselho Indigenista Missionário - Cimi

Criado em 1972, no auge da ditadura militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura, o [Conselho Indigenista Missionário \(Cimi\)](#)

procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza.

10. Cooperativa de Pescadores Artesanais do Bairro da Prainha de Iguape - Cooperpesca Artesanal

Em 27 de junho de 1998 foi fundada a [Cooperativa de Pescadores Artesanais - Cooperpesca Artesanal](#) e passa a gerir a Unidade Processadora Artesanal de Pescados, uma empresa sem fins lucrativos composta por 63 cooperados, em sua maioria pescadores artesanais tradicionais, homens e mulheres de comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas Guarani Mbya.

A Cooperpesca Artesanal busca melhorar a comercialização direta do seu pescado com o consumidor final, amenizando o papel do atravessador e trazendo melhorias na geração de renda e qualidade de vida do pescador artesanal e dos povos e comunidades tradicionais.

11. Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

O [Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental \(FMCJS\)](#) é uma articulação de entidades, pastorais e movimentos sociais que atuam em rede para gerar consciência crítica e enfrentamento em relação a tudo que causa o aquecimento da Terra e vai tornando mais perigosas as mudanças climáticas, de modo especial para os povos, comunidades e pessoas que as sociedades capitalistas jogam na marginalização e na miséria.

Atua em âmbito nacional e está presente nos biomas e territórios por meio das entidades membros e de outras entidades parceiras, promovendo a convivência com cada bioma e ecossistema.

12. Frente por uma Nova Política Energética

A [Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil \(FNPE\)](#), lançada em maio de 2013 no Seminário Nacional sobre a Política Energética, é uma articulação nacional que reúne de forma livre e espontânea um conjunto de organizações da sociedade civil.

A missão é contribuir para a viabilização de uma nova política para o setor energético que responda adequadamente aos desafios do século 21 e seja baseada na participação popular, justiça socioambiental com respeito aos direitos humanos, da natureza e à diversidade cultural, eficiência energética, diversificação da matriz energética e autonomia energética das pessoas e comunidades, na perspectiva do bem viver.

13. Grito dos/as Excluídos/as Nacional

A proposta do [Grito dos Excluídos e Excluídas](#) surgiu em 1994, a partir do processo da 2ª Semana Social Brasileira, da CNBB. Mais do que uma articulação, o Grito é um processo, é uma manifestação popular que integra pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos e excluídas. A proposta não só questiona os padrões de independência do povo brasileiro, mas ajuda na reflexão para um Brasil cada vez melhor e mais justo para todos os cidadãos e cidadãs, é um espaço aberto para denúncias sobre as mais variadas formas de exclusão.

14. Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul

O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) é uma organização da sociedade civil, fundada em 1986 por economistas latino-americanos que voltavam do exílio, após mais de uma década de ditaduras empresariais-militares. É uma instituição que há mais de 30 anos soma na luta anticapitalista, com uma importante identidade latino-americana, tornando-se pioneira e árdua defensora na luta pela integração dos povos.

O PACS trabalhou e trabalha com o intuito de colaborar na construção de um mundo de justiça social, ambiental e política, onde trabalhadoras e trabalhadores, indivíduos e coletividades, livres das amarras das opressões, sejam capazes de enfrentar e superar as ameaças socioeconômicas e ambientais

15. Movimento de Conselhos Populares do Ceará (MCP)

O Movimento de Conselhos Populares do Ceará começou entre 2004/2005, com participação ativa de estudantes e da população periférica. Ao longo de sua trajetória, o MCP se mobilizou para atender a diversas demandas da população, entre elas, oferecimento de cursos profissionalizantes, luta por moradia, fome zero e vida digna a todos. O MCP tem o intuito de apoiar a formação de grupos de produção que gerem renda, fortalecer a luta pelo trabalho, saúde, saneamento básico, igualdade de gênero, priorizando a vida acima de tudo, em todos os aspectos.

16. Núcleo Jubileu Sul Brasil em Salvador, Manaus e Brasília

Nestas três cidades temos um núcleo, ou um comitê local, que desenvolve uma série de atividades locais, apoiando especialmente a Ação “Mulheres por reparação das dívidas sociais”.

17. OLMA - Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida

O OLMA, foi criado pela Província dos Jesuítas do Brasil e embalados pelo paradigma da Ecologia Integral, a partir da *Encíclica Laudato Sí*, atuam especialmente em três esferas: ação humana; compromisso social, na luta por políticas de garantia dos direitos sociais básicos; cuidado ambiental, na luta pela preservação da vida em toda a sua diversidade para o futuro do planeta Terra e direito às condições de vida das gerações futuras. O observatório se propõe a desenvolver ações de documentação, sistematização, reflexão, formação e articulação.

Aproveitamos este documento para fazer uma homenagem a dois grandes colaboradores, padre Thierry Linard, in memoriam, e padre Bernard Lestienne.

18. Pastoral Operária Nacional

A Pastoral Operária Nacional (PO) é uma pastoral social a serviço da classe trabalhadora urbana, organizada, composta e dirigida pelos trabalhadores/as. Faz parte das Pastorais Sociais da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB.

Atua como presença da Igreja junto à classe trabalhadora, no compromisso de agir com o povo e não para o povo, com o objetivo de resgatar a cidadania plena e o protagonismo dos/as empregados/as formais, informais e desempregados/as, na construção da sociedade justa e solidária, tendo como chave a questão do trabalho, dentro dos desafios principais.

19. Rede Emancipa Comunidades - RS

Movimento social de educação popular, a Rede Emancipa surgiu em 2007 com o propósito de oferecer cursinhos pré-universitários gratuitos para jovens de escolas públicas.

O projeto, que teve início com um pré-universitário em Itapevi/SP, hoje tem atuação em mais de 20 cidades distribuídas em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul.

20. Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos

A [Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos](#) é uma articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracismo, fundada em 1991. É integrada por organizações não-governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres, feministas e profissionais da saúde.

Desde a sua criação, a metodologia de trabalho da Rede Feminista vem envolvendo ações e incidência política junto às diferentes instâncias públicas do país visando garantir o acesso e assistência à saúde integral das mulheres e assegurar os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos das mulheres.

21. Serviço Franciscano de Solidariedade

A [Ação Social Franciscana \(SEFRAS\)](#) é uma organização humanitária que luta todos os dias no combate à fome, à violações de direitos e pela inserção econômica e social de populações extremamente vulneráveis (população em situação de rua, imigrantes e refugiados, crianças e adolescentes pobres, idosos sozinhos e pessoas acometidas pela hanseníase).

O SEFRAS atua pelo Brasil atendendo mais de 4 mil pessoas todos os dias. São serviços diários que promovem alimentação saudável, cuidados pessoais, apoio social e jurídico para população em situação de rua, acolhimento e inclusão social de imigrantes, cuidados na primeira infância, fortalecimento familiar, convivência e proteção de idosos, além de ações de defesa dos direitos e melhoria de políticas públicas voltadas a esses grupos.

22. Serviço Pastoral dos Migrantes

[Serviço Pastoral dos Migrantes \(SPM\)](#) foi criado em 1986 e é um organismo vinculado ao Setor Pastoral Social da CNBB. O SPM atua junto aos migrantes em ações com segmentos sociais, promovendo ações de inclusão social, denunciando violações dos direitos dos migrantes e trabalhando para a construção de um país mais igualitário para todos. Além disso, também busca abrir espaços para expressões religiosas e culturais, promovendo a acolhida, o intercâmbio entre origem e destino dos migrantes, com visitas pastorais e missões populares.

23. União Social dos Imigrantes Haitianos - USIH

A [União Social dos Imigrantes Haitianos - USIH](#) surgiu a partir da iniciativa de um grupo de haitianas e haitianos que sentiu a necessidade de se auto-organizar para enfrentar a realidade de preconceito e discriminação que seus compatriotas têm encontrado ao chegar ao Brasil.

A USIH começou a ser gestada a partir de reuniões e encontros iniciados em setembro de 2014, sendo oficialmente fundada em 1º de fevereiro de 2015, na cidade de São Paulo (SP). É uma das primeiras entidades auto-organizadas de haitianos no Brasil e sua experiência na área advém do acúmulo de lutas e resistências concretas de seus membros fundadores sofridas na pele, antes mesmo de sua fundação, que ocorreram para enfrentar a realidade de violações de direitos humanos sofridos pelos imigrantes haitianos em São Paulo.

Expediente

Produção:

Rede Jubileu Sul Brasil

Contribuições:

Rosilene Wansetto - Secretária executiva

Sandra Quintela - Articuladora nacional

Francisco Vladimir - Articulador para o Cone Sul

Lucimeire Araújo - Assistente administrativa

Raíssa Lazarini - Assistente de projetos

Flaviana Serafim - Coordenação de comunicação

Projeto Gráfico:

Hugo Leo Lourenço

Contato:

E-mail: secretaria@jubileusul.org.br

Site:

www.jubileusul.org.br

Ano:

2024



jubileusul



redejubileusul



JubileuSul



Jubileu Sul Brasil JS/BR



Jubileu Sul Brasil

